

**MULHERES NEGRAS: Acesso a cidadania**  
**- POLÍTICA DO GOVERNO LULA -**

Texto debatido e elaborado pelas mulheres negras petistas, aprovado no Seminário da Política de Ação Afirmativa do PT, 26 a 28/11/93 - Rio de Janeiro.

Elaborado por militantes do PT São Paulo:

DULCE MARIA PEREIRA

GEVANILDA G. SANTOS

GLAUCIA MATOS

MATILDE RIBEIRO

**INTRODUÇÃO**

Relações de classe social, são permeadas pelas relações de gênero e raça, assim como as questões de gênero e raça são permeadas por posições e relações de classe. A exploração, resultado do processo produtivo e divisão das classes sociais e, as opressões advindas das relações sociais de desigualdade entre grupos étnicos e sexos, juntam-se num sistema de exploração/opressão que geram exclusões quanto ao acesso a cidadania.

A característica decisiva da sociedade de classe, tende, em geral, a naturalizar as desigualdades como um procedimento ideológico fundamental para encobrir as contradições sociais. Como exemplo, as características biológicas da mulher, ( menstruação, gravidez, amamentação ) são utilizadas como forma de inferiorizá-la e oprimi-la. No que diz respeito à mulher negra, suas características físicas (nariz chato, cabelo pixaim e a própria cor da pele) são assimiladas como negativas, em contraste ao padrão socialmente aceito, o da mulher branca.

Os mecanismos tradicionalmente utilizados para a manutenção da inferioridade atribuída aos negros e outros não brancos, mulheres e mulheres negras são variáveis: a negação do machismo e racismo, o reforço da passividade e abnegação, a impunidade e o silêncio diante de situações discriminatórias e, acima de tudo, as reações dissimuladas e sutis que vão construindo as desigualdades sociais.

Por isso, alertamos que a realidade de vida das mulheres negras não deve ser tratada como um substrato das questões consideradas mais importantes, como é em geral o tratamento dispensado a classe social - a abordagem economicista como única fonte a análise da sociedade; ou a generalização quando se fala de mulheres e negros - tratados como sementes uniformes, sem diferenças em seu interior.

Historicamente, vem sendo construído no Brasil um ideal de democracia do ponto de vista das raças e sexos, porém sabemos que esta visão é falsa, atende a interesses da ideologia dominante, servindo para explicar e justificar as condições diferenciadas entre esses segmentos.

O racismo brasileiro é altamente eficiente. Vivemos sob as marcas de um sistema escravista, que mesmo após um século de seu término oficial, ainda exerce sua influência.

A ideologia da democracia racial permeia o pensamento nacional. Propõe a convivência pacífica entre negros e brancos, com desigualdades de condição de vida, com eficiência no ocultamento desta realidade.

Os negros e negras estão submetidos a marginalidade em todas as esferas de sua vida social, política, econômica e cultural. Ocupam as escalas inferiores na hierarquia da pirâmide social, sendo excluídos do direito à cidadania. São invisíveis e desqualificados nos meios de comunicação. São mantidos fora das posições políticas de destaque, nos espaços de poder e decisões políticas ( parlamento, partidos políticos, órgãos de representação pública ) são minorias tanto do ponto de vista da representação quanto do exercício do poder.

A riqueza cultural produzida e a força de trabalho da população negra não são contabilizadas como contribuição específica deste segmento humano, desde o início de sua participação na vida do país.

O racismo e o machismo não produzem apenas resultados de ordem ideológica e cultural, mas principalmente de ordem material, que incide diretamente nas diferenças de oportunidades e condições de vida.

A construção da cidadania, em bases democráticas, deve ser pautada se pelo reconhecimento das diferenças entre as raças e sexos, sem transformá-las em desigualdades, isto é, a garantia da igualdade de direitos e acesso à participação social plena.

O PT não pode desconsiderar o Brasil real, não pode propor transformações estruturais sem considerar a existência das desigualdades, dos conceitos e preconceitos que garantem determinados lugares históricos na escala de produção e distribuição da riqueza.

Suas políticas governamentais precisam desarticular a ordem das elites, dos netos e bisnetos de senhores de escravos, e potencializar a contribuição de todos os segmentos populacionais, para ter legitimidade perante o conjunto da nação.

**DIAGNÓSTICO**

A mulher brasileira representa 50,1% de um total populacional de 149 milhões de habitantes, está mais concentrada nas regiões Sudeste (43.6%) e Nordeste (28.6%) e possui um estilo de vida urbano na medida em que representa 74% da população urbana brasileira. A caracterização da distribuição espacial da mulher, quando recortada por critério racial, apresenta um perfil diferente para a mulher negra. Ela representa 46% contingente feminino e está mais concentrada nas regiões Norte (76%) e Nordeste (66%) e em menor proporção nas regiões Sul (15%) e Sudeste (32%).

Se considerarmos as diferenças regionais podemos afirmar que a mulher negra participa em menor escala das situações e acesso aos recursos nacionais gerados pelo desenvolvimento. Se considerarmos a qualidade de vida urbana, a relação entre poder ou não participar deste recursos se mantém, na medida em que a mulher negra habita as regiões periféricas dos centros urbanos que são os setores menos equipados com recursos de saneamento básico, estabelecimento de saúde, transporte precário e poucas unidades de

educação pública. Isso implica numa situação social de desigualdade que se reproduz nos centros urbanos e rurais, dadas as condições de desenvolvimento econômico desigual da sociedade brasileira.

As mulheres que chefiam famílias têm aumentado na sociedade brasileira dado o crescente desemprego. Elas chefiam uma quinta parte do total de famílias do país e representam um mercado de trabalho 40% da mão-de-obra economicamente ativa, numa situação de ocupar os mais baixos postos na hierarquia do emprego e receber um salário médio 54% do recebido pelo homem.

A chefia de família para a mulher negra pode significar uma situação conjugal de parceria ou não com o homem, porém a responsabilidade quanto ao sustento e cuidado com os filhos é atribuição sua. Os fatores que têm pressionado a mulher negra para o campo do setor de serviço é a responsabilidade na manutenção de uma renda familiar mínima, a falta de capacitação profissional e baixa escolaridade.

### **TRABALHO**

A mão-de-obra feminina brasileira corresponde a 35% da nacional e, em função da desvalorização social do seu potencial de trabalho é remunerada desigualmente de acordo com a região em que habita, sua condição racial, o tipo de função de exerce, o grau de escolaridade, o estado civil, sua opção pela maternidade etc.

A taxa de desemprego é maior para a mulher negra e nas regiões que sofrem com o alto índice de subemprego, como o Nordeste, é ela que enfrenta esta situação.

Observamos que o setor de serviços se ampliou com a terceirização, a informatização do trabalho e o aumento do desemprego. Estudos recentes do CEPAL revelam que o nível de pobreza no Brasil aumentou 11% entre os anos de 1979 e 1987. E quanto a distribuição de renda, os dados colhidos entre 1983 e 1988 revelam que enquanto os 30% mais pobres não variou sua renda, os 30% mais ricos tiveram uma elevação de 17% de sua renda.

Com a crise social, a condição da mulher negra agravou-se. Muito provavelmente encontraremos a maioria das mulheres negras dentre os 30 % que empobreceram. Estas, quando economicamente ativas, continuam submetidas aos trabalhos pesados, desqualificados e com baixa remuneração; encontram-se em sua maioria na área operacional ou de prestações de serviços: ajudantes, faxineiras, empregadas domésticas.

As garantias trabalhistas para empregadas domésticas são ainda mínimas. Elas permanecem excluídas ou com dificuldades de acesso a vários direitos: duração máxima de jornada de trabalho, proteção quanto à dispensa injustificada, seguro desemprego, indenização por anos de trabalho, remuneração por trabalho noturno, etc..

### **SAÚDE DA MULHER / DIREITO REPRODUTIVOS**

Trata-se de uma reivindicação ampla. No Brasil tem sensibilizado amplos setores para além do movimento de mulheres, seja pela pertinência do tema, seja pelas precárias condições de assistência à saúde das mulheres. Tem atingido as organizações de mulheres negras, principalmente em função da luta contra a esterilização indiscriminada e a inclusão do item cor nos formulários de saúde.

Os estigmas em relação às mulheres negras no que dizem respeito aos direitos reprodutivos interferem sem dúvida, na sexualidade anticoncepção, maternidade, posição que ocupa na família casamento/união.

Os serviços de saúde no Brasil são elitizados e mais disponíveis nas regiões Sul e Sudeste. O acesso aos direitos reprodutivos são limitados pela falta de poder aquisitivo, as precárias condições sanitárias e a má qualidade do serviço de saúde pública.

A queda da fecundidade foi realizada num quadro de total desrespeito aos direitos reprodutivos das mulheres, induzidas à esterilização cirúrgica sem que outras opções contraceptivas estivessem disponíveis. A esterilização vem sendo erroneamente colocada como um método anti-conceptivo, seguro e sem efeitos colaterais, o que deve ser desmistificado. Devem também ser denunciados os organismos internacionais e as instituições nacionais que promovem esta prática.

Os reflexos da esterilização em massa de mulheres negras no país já se fazem sentir na redução do percentual da população negra nesta década, em comparação com a década anterior.

Segundo dados da ONU, morrem em média, no Brasil, 4 mulheres por dia vítima de aborto. As mulheres negras, em função da falta de poder aquisitivo e acesso às clínicas de saúde que realizam este intervenção cirúrgica a alto custos, estão sujeitas às tentativas de aborto através de métodos dos ineficientes, como a utilização de colheres, agulhas de tricô, garrafadas, chás, aborteiras, coquetéis de medicamentos injetáveis aplicados nas farmácias, etc.

A mortalidade materna é um dos fatores que contribuiu com o aumento do número de óbitos entre mulheres na faixa de 15 a 44 anos. O número de óbitos para homens também elevado nesta faixa etária, porém motivados pela violência, principalmente os homicídios. Embora a expectativa de vida do brasileiro seja, em média, 66 anos, há grande diferenças se levarmos em conta o poder aquisitivo e a condição racial da população.

O rápido aumento do número de casos de AIDS em mulheres negras é extremamente preocupante a ausência de controle das mulheres negras sobre a sua própria capacidade reprodutiva e sua sexualidade. Resulta igualmente da ideologia da sociedade em relação ao comportamento sexual masculino, para o qual é proposta a poligamia em oposição à monogamia compulsória das mulheres. O resultado disso é o aumento do número de casos inclusive entre mulheres casadas, as quais se encontram em situação de grande vulnerabilidade, mesmo tendo um único parceiro sexual.

A precariedade do sistema educacional, a falta de informação e de recursos materiais para a prevenção na rede pública de saúde já transformaram a AIDS num grave problema para a população negra e pobre do país.

Os limites quanto ao exercício de uma sexualidade plena estão colocados de uma forma bastante enraizada na cultura machista. A opressão através da sexualidade incide de forma diferenciada sobre as mulheres, e depende de alguns fatores como poder aquisitivo, grau de escolaridade, faixa etária, estado civil, e

condição social. As garantias legislativa e jurídicas que regulamentam a violência contra a mulher, principalmente aquelas ligadas à sexualidade, são fundamentais quanto aos programas de reorientação das condutas de sexualidade aplicadas pelos programas de saúde. Eles devem ser ampliados para as escolas e locais de trabalho, a fim de que a violência contra a mulher, além de ser coibida por soluções punitivas através do Código Penal, sejam reorientadoras o comportamento sexual.

#### **EDUCAÇÃO:**

São muito escassos os dados científicos sobre a educação das mulheres negras no Brasil. No entanto, se analisarmos a partir dos dados de 1982 os quais demonstram que aproximadamente 40% dos pretos e pardos tinham menos de um ano de estudo, enquanto que pardos, brancos essa proporção era de 20%. No extremo oposto havia 16% de brancos com mais de 9 anos de estudo e somente 6% de negros; podemos afirmar que as mulheres negras possuem poucas oportunidades nesta área.

Por outro lado, se analisarmos em relação às mulheres, a participação desde alfabetização até o 3º grau. \* (dados PNAD 1989 - Participação da Mulheres entre estudantes de 5 anos e mais no Brasil: 1º grau = 50,9; 2º grau = 57,1 e 3º grau = 52,9), podemos verificar que as mulheres vem traçando um perfil diferenciado e destacado. Estes dados englobam também as mulheres negras, tendo sem dúvida, as diferenças para brancas e negras desde o acesso a escola até o significado e resultados da educação. Estes dados não se traduzem da mesma forma no mundo do trabalho e conseqüentemente rendimentos.

O destino da escolaridade das mulheres negras parece ser idêntico ao das mulheres brancas ( situa-se nas áreas menos social e economicamente valorizadas das carreiras profissionais ) quando comparada com os homens negros, entretanto, difere das trajetórias das mulheres brancas.

Os destinos educacionais das mulheres negras são determinados pelo gênero no interior de sua raça e entre as raças diferentes vão ser não apenas de trajetória escolar, mas de trajetória ocupacional.

O processo de exclusão social sofrido pela população negra brasileira tem colocado num círculo de perpetuação da pobreza, e dentro disso a educação parece não fazer grande diferença nos processos de mobilidade social da população negra.

A educação dos brancos e negros, dos homens e mulheres é marcada por diferenças, sendo estas oriundas das diferentes situações e condições de vida e acesso aos serviços, gerando em última, instância diferenças em relação à qualificação e acesso do mercado do trabalho e o próprio desenvolvimento educacional.

#### **PROPOSTAS**

As propostas que apresentaremos a seguir são alguns indicadores para alteração da condição da mulher negra, devem juntar-se, com as propostas apresentadas em relação às mulheres e negros, em outros itens do programa.

O desenvolvimento das políticas públicas globais devem associar as análises das realidades micro e macrossociais, firmando-se na necessidade de combate a desigualdade, reconhecer a pluralidade entre raças e sexos e promover direitos à cidadania para todos.

Devem portanto, garantir pleno emprego, programas de abastecimento, de saúde e saneamento básico, educação, e políticas urbanas/rurais que têm sido sistematicamente boicotadas por setores conservadores incrustados no aparelho de Estado e por 'lobbies' poderosos comprometidos com interesses minoritários, elitistas e racistas. As políticas públicas globais devem incluir a análise das desigualdades de etnia, gênero e classe;

#### **TRABALHO**

- investimento e projetos de profissionalização, melhores salários e valorização do trabalho.
- garantia de acesso às mulheres negras e negros no mercado de trabalho, ampliando os mecanismos punitivos em relação aos vetos racistas.
- medidas compensatórias em relação a mobilidade social no mercado de trabalho, quanto a entrada, permanência, qualificação e promoção.
- implantação de critérios de isonomia, de planos de carreira e avaliação da participação dos grupos étnicos no serviço público.

#### **DIREITOS REPRODUTIVOS**

Implantação do Programa Integral de Saúde da Mulher com desenvolvimento de programas específicos que contemplem a realidade de vida das mulheres negras:

- Implementação no sistema público de saúde de procedimento para detectar nos primeiros anos de vida a anemia falciforme, e desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento de doenças de mais alta incidência na população negra, tais como a hipertensão e as miomatoses, que têm sérias repercussões na sua saúde reprodutiva;
- Democratização do acesso à informação com a introdução do quesito cor, na declaração de nascimento, portuários e demais formulários do sistema de informação em saúde, e nos atestados de óbito do país para que se conheça o perfil da morbidade e da mortalidade da população negra do país;
- Implantação de um sistema de informação e formação no que diz respeito às práticas de concepção e contracepção, com metas a reduzir os índices de esterilização, mortalidade materna, morte por abortos clandestinos, prevenção da AIDS.

#### **EDUCAÇÃO**

- produção de material de comunicação que visem a qualificação sócio cultural dos povos negros, em particular da mulher negra, para ser utilizado na rede educativa.
- implementação de medidas compensatórias quanto a permanência e mobilidade dos negros e negras no sistema educacional, através de quotas de participação, programas específicos.
- revisão dos currículos escolares, alterando as formas racistas e discriminatórias e a invisibilidade com que é tratada a história da população de origem africana. Inclusão da história da África.

- revisão de todo material didático-pedagógico, buscando dar maior visibilidade e valorização à população negra.
- reciclagem e formação dos profissionais em todos os níveis educacionais, com metas a educação pluricultural, multiétnica, não sexista.
- maior vinculação do sistema educacional com a profissionalização e mercado de trabalho, possibilitando que a educação possa de fato contribuir para a mobilidade social da população negra.
- programas de intercâmbio e de cooperação com os vários países do mundo, principalmente aqueles que desenvolvem programas para superação das desigualdades sociais, com participação privilegiada dos afro-brasileiros.

#### **COMUNICAÇÃO TECNOLÓGICA E CIENTÍFICA**

- representação proporcional dos grupos étnicos e de gênero em todas as campanhas e atividades de comunicação do governo ou de outras entidades que tenham investimento político ou econômico de Estado.
- interferência política do governo, através de incentivo ou punição aos veículos privados de comunicação, para que sua programação qualifique a participação da mulher negra em contextos sócio econômicos e culturais, que dignifique sua imagem e resgatar sua história.
- campanhas publicitárias para difusão e apoio às ações políticas e técnicas que visem a superação das desigualdades raciais e de gênero.
- representação proporcional de mulheres negras no conselho de comunicação social.

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

- Declaração de Itapeverica da Serra das Mulheres Negras brasileiras - Seminário Nacional Políticas públicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras 20 a 22/08/93
- A educação da Mulher Negra - Documento Apresentado no Seminário sobre Classe, Gênero e Raça. 28-9/01/94 (Elaborado por Edith Piza)
- Dados sobre a Mulher Brasileira - Revista Mulheres Latino americanas em dados, da Faculdade Latino americana de Ciências Sociais - publicação UNICEF.